

<div>USINA CAETÉ S.A.</div> <div>CNPJ nº 12.282.034/0001-03 NIRE 273.0000054-8</div> <div>ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA</div> <div>REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2025</div>			(v) a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens “(i)” a “(iv)” acima mencionados.		
			<b>DELIBERAÇÕES:</b> Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberado, pela unanimidade dos acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia e sem quaisquer restrições:		
			(i) Aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio do Termo de Emissão:		
			(a) <b>Número da Emissão:</b> As Notas Comerciais representam a 3ª (terceira) emissão de notas comerciais da Companhia;		
			(b) <b>Valor Total da Emissão:</b> O valor total da Emissão será de, inicialmente, R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais) na Data de Emissão (“ <b>Valor Inicial da Emissão</b> ”), observado que o Valor Inicial da Emissão, conforme apurado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA (conforme definido abaixo), poderá ser diminuído caso haja o exercício parcial ou não haja o exercício da Opção de Lote Adicional (conforme definido abaixo) (“ <b>Valor Total da Emissão</b> ”). O Valor Total da Emissão será refletido no Termo de Emissão por meio de aditamento, sem a necessidade de aprovação adicional da Securitizadora, da Companhia, dos Garantidores ou aprovação por Assembleia Especial de Titulares de CRA;		
			(c) <b>Número de Séries:</b> A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries (em conjunto, as “ <b>Séries</b> ”, e, individual e indistintamente, “ <b>Série</b> ”), sendo que (i) as Notas Comerciais objeto da Emissão distribuídas no âmbito da 1ª (primeira) Série são as “ <b>Notas Comerciais Primeira Série</b> ”; e (ii) as Notas Comerciais objeto da Emissão distribuídas no âmbito da 2ª (segunda) Série são as “ <b>Notas Comerciais Segunda Série</b> ”. A existência de cada uma das Séries, bem como a quantidade de Notas Comerciais a ser alocada em cada uma das Séries será definida após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA (conforme definido abaixo), observado que a alocação das Notas Comerciais entre as Séries a ser prevista no Termo de Emissão ocorrerá no Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido abaixo). A quantidade de Notas Comerciais a ser alocada em cada Série e/ou a inexistência de determinada Série, conforme apurado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA, será refletida no Termo de Emissão por meio de aditamento, sem a necessidade de aprovação adicional da Securitizadora, da Companhia, dos Garantidores ou aprovação por Assembleia Especial de Titulares de CRA. De acordo com o sistema de vasos comunicantes, a quantidade de Notas Comerciais emitidas em cada uma das Séries deverá ser deduzida da quantidade a ser alocada na outra Série, respeitada a quantidade total de Notas Comerciais, de forma que a soma das Notas Comerciais alocadas em cada uma das Séries efetivamente emitidas deverá corresponder à quantidade total de Notas Comerciais objeto da Emissão (“ <b>Sistema de Vasos Comunicantes</b> ”);		
			(d) <b>Quantidade de Notas Comerciais:</b> Serão emitidas, inicialmente, 72.000 (setenta e duas mil) Notas Comerciais, as quais estarão sujeitas à distribuição entre as Séries de acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, observado que a quantidade de Notas Comerciais poderá ser diminuída caso haja o exercício parcial ou não haja o exercício da Opção de Lote Adicional. A quantidade de Notas Comerciais a ser alocada em cada Série e/ou a inexistência de determinada Série, conforme apurada no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA, será refletida no Termo de Emissão por meio de aditamento, sem a necessidade de aprovação adicional da Securitizadora, da Companhia, dos Garantidores ou aprovação por Assembleia Especial de Titulares de CRA;		
			(e) <b>Opção de Lote Adicional:</b> No âmbito da Oferta dos CRA, nos termos do artigo 50 da Resolução CVM 160, a Securitizadora, em acordo com os Coordenadores e com a Companhia, poderá aumentar em até 20% (vinte por cento) a quantidade dos CRA originalmente ofertada, qual seja, de 60.000 (sessenta mil) CRA, equivalente a, na data de emissão dos CRA, R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), correspondendo a um aumento de até 12.000 (doze mil) CRA, equivalente a, na data de emissão dos CRA, R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), totalizando até R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), nas mesmas condições dos CRA inicialmente ofertados, nos termos do artigo 50 da Resolução CVM 160, de acordo com a demanda a ser verificada no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA (“ <b>Opção de Lote Adicional</b> ”);		
			(f) <b>Destinação dos Recursos:</b> Nos termos do artigo 2º, parágrafo 4º, inciso III, e parágrafo 9º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60 e do artigo 23 da Lei 11.076, os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados integral e exclusivamente às suas atividades vinculadas ao agronegócio, em sua capacidade de produtora rural, assim entendidas as operações, investimentos e necessidades de financiamento relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos agrícolas, em especial com relação ao custeio das despesas operacionais e aos custos relacionados às atividades de produção e comercialização de cana-de-açúcar, açúcar e/ou etanol, nos termos do objeto social da Companhia e no curso ordinário de seus negócios, conforme a ser descrito no Termo de Emissão;		
			(g) <b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA:</b> No âmbito da Oferta dos CRA, será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais Investidores nos CRA, a ser organizado pelo Coordenador Líder da Oferta, nos termos da Resolução CVM 160, o qual irá definir (i) da existência de cada uma das séries dos CRA, observado que qualquer uma das séries poderá ser cancelada, com o consequente cancelamento da respectiva série das Notas Comerciais; (ii) a quantidade de CRA a ser alocada em cada série da emissão dos CRA e, consequentemente, a quantidade de Notas Comerciais a ser alocada em cada série da emissão das Notas Comerciais, observado o Sistema de Vasos Comunicantes; e (iii) a taxa final para a remuneração dos CRA Primeira Série e dos CRA Segunda Série e, consequentemente, a taxa final para a Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série e a Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série (“ <b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA</b> ”). Após o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA e antes da Primeira Data de Integralização, o resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA será refletido no Termo de Emissão por meio de aditamento, sem a necessidade de aprovação adicional da Securitizadora, da Companhia, dos Garantidores ou aprovação por Assembleia Especial de Titulares de CRA;		
			(h) <b>Local da Emissão:</b> Para os fins legais, as Notas Comerciais consideram-se emitidas na cidade de São Paulo, estado de São Paulo;		
			(i) <b>Data de Emissão:</b> Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será 16 de maio de 2025 (“ <b>Data de Emissão</b> ”);		
			(j) <b>Data de Início da Rentabilidade:</b> Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo) das Notas Comerciais mediante a integralização dos CRA;		
			(k) <b>Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:</b> As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, nos termos do artigo 45 da Lei 14.195, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais, nos termos dos artigos 45 e 49 da Lei 14.195;		
			(l) <b>Colocação:</b> As Notas Comerciais serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.335, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e ao registro perante a ANBIMA;		
			(m) <b>Vinculação aos CRA:</b> As Notas Comerciais serão vinculadas aos CRA objeto da 178ª (centésima septuagésima oitava) emissão, em até 2 (duas) séries, da Securitizadora, nos termos da Lei 11.076 e da Lei 14.430, a serem distribuídos por meio da Oferta, nos termos da Resolução CVM 60, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares vigentes e aplicáveis;		
			(n) <b>Valor Nominal Unitário:</b> O valor nominal unitário das Notas Comerciais será de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão (“ <b>Valor Nominal Unitário</b> ”);		
			(o) <b>Garantias:</b> Aval a ser outorgado pela Avalista, Cessão Fiduciária e Alienação Fiduciária de Imóvel;		
			(p) <b>Prazo e Data de Vencimento das Notas Comerciais:</b> Observados os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão, as Notas Comerciais terão prazo de vigência de 1.833 (mil oitocentos e trinta e três) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de maio de 2030 (“ <b>Data de Vencimento</b> ”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de resgate antecipado, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e do Termo de Emissão;		
			(q) <b>Preço de Subscrição e Forma de Integralização:</b> As Notas Comerciais serão subscritas pela Securitizadora, mediante a assinatura do respectivo Boletim de Subscrição, cujo modelo constará do Termo de Emissão (“ <b>Boletim de Subscrição</b> ”). As Notas Comerciais serão consideradas como formalmente integralizadas, pela Securitizadora, por conta e ordem da Companhia, quando do depósito dos recursos da respectiva integralização dos CRA nas mesmas datas de integralização dos CRA (cada uma, uma “ <b>Data de Integralização</b> ”). A integralização das Notas Comerciais será realizada à vista e em moeda corrente nacional, exclusivamente com recursos oriundos da integralização dos CRA recebidos pela Securitizadora na Conta Centralizadora Operacional 1 (i) na primeira Data de Integralização (“ <b>Primeira Data de Integralização</b> ”), pelo Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais e (ii) após a Primeira Data de Integralização, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> , na forma a ser prevista no Termo de Emissão, desde a Primeira Data de Integralização dos CRA ou desde a última Data de Pagamento dos CRA, até a data da efetiva integralização (“ <b>Preço de Integralização</b> ”), observados os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão;		
			(r) <b>Atualização do Valor Nominal Unitário:</b> O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não serão atualizados monetariamente;		
			(s) <b>Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série:</b> Sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Primeira Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios pós fixados, a serem definidos na data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA, equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a até 2,9500% (dois inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“ <b>Remuneração</b>		
			das <b>Notas Comerciais Primeira Série</b> ”), calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização dos CRA ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), o que ocorrer por último, até a Data de Pagamento da Remuneração em questão. A Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão;		
			(t) <b>Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série:</b> Sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Segunda Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados a serem definidos na data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA, correspondentes ao que for maior entre (i) um percentual equivalente à Taxa DI baseada no ajuste da curva Pré x DI equivalente ao vértice com vencimento em abril de 2028, divulgada pela B3 em sua página na internet ( <a href="https://www.b3.com.br/pt-br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=DIT1">https://www.b3.com.br/pt-br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=DIT1</a> ), a ser apurada conforme o ajuste do DI verificado no dia útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> dos CRA, acrescida exponencialmente de <i>spread</i> (sobretaxa) equivalente a até 2,7500% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 17,76% (dezessete inteiros e setenta e seis centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“ <b>Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série</b> ”) e, em conjunto com a Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série, a “ <b>Remuneração das Notas Comerciais</b> ”). A Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização dos CRA ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), o que ocorrer por último, até a Data de Pagamento da Remuneração em questão, de acordo com a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão;		
			(u) <b>Pagamento da Remuneração:</b> Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de resgate antecipado nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, o pagamento efetivo da Remuneração das Notas Comerciais será feito mensalmente, conforme cronograma de pagamentos a ser previsto no Termo de Emissão, sendo o primeiro pagamento da Remuneração devido em 23 de junho de 2025 e o último na Data de Vencimento (“ <b>Data de Pagamento da Remuneração</b> ”);		
			(v) <b>Amortização do Valor Nominal Unitário:</b> Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de resgate antecipado total nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será amortizado anualmente, conforme cronograma de pagamentos a ser previsto no Termo de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 25 de maio de 2026 e a última parcela na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “ <b>Data de Amortização</b> ”). Para cálculo da parcela de amortização do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, será considerada a fórmula a ser prevista no Termo de Emissão;		
			(w) <b>Encargos Moratórios:</b> Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e/ou pelos Garantidores à Securitizadora nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento da respectiva Remuneração das Notas Comerciais, conforme aplicável, calculada <i>pro rata temporis</i> , desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados <i>pro rata temporis</i> desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) (“ <b>Encargos Moratórios</b> ”);		
			(x) <b>Repactuação Programada:</b> As Notas Comerciais não serão objeto de repactuação programada;		
			(y) <b>Conversibilidade:</b> As Notas Comerciais não serão conversíveis em participação societária da Companhia, conforme disposto no artigo 45 e no §2º do artigo 51 da Lei 14.195;		
			(z) <b>Aquisição Facultativa:</b> Será vedada a aquisição antecipada facultativa das Notas Comerciais pela Companhia;		
			(aa) <b>Amortização Extraordinária Facultativa:</b> Não será admitida a amortização extraordinária das Notas Comerciais;		
			(bb) <b>Resgate Antecipado Facultativo Total:</b> A Companhia poderá, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 16 de junho de 2026 (inclusive), a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série, conforme o caso (“ <b>Resgate Antecipado Facultativo Total</b> ”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Primeira Série, acrescido (a) da Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Primeira Data de Integralização das Notas Comerciais Primeira Série (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Primeira Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (“ <b>Prêmio de Resgate Antecipado</b> ” e “ <b>Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série</b> ”).		
			Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao maior valor entre (“ <b>Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série</b> ”) e, em conjunto com o Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série, o “ <b>Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total</b> ”): (i) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Segunda Série, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série, calculada <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série (inclusive), e (b) dos encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento das Notas Comerciais Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (“ <b>Prêmio de Resgate Antecipado</b> ” e “ <b>Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série</b> ”).		
			Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao maior valor entre (“ <b>Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série</b> ”) e, em conjunto com o Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série, o “ <b>Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total</b> ”): (i) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Segunda Série, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração das Notas Comerciais Segunda Série, calculada <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série (inclusive), e (b) dos encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Segunda Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento das Notas Comerciais Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (“ <b>Prêmio de Resgate Antecipado</b> ” e “ <b>Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais Primeira Série</b> ”).		
			(cc) <b>Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário:</b> Exclusivamente na hipótese de a Companhia ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento em decorrência de uma Alteração de Tributos (conforme seja definido no Termo de Emissão), nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, a Companhia poderá optar por: (i) arcar com tais tributos, acrescentando os valores correspondentes no pagamento da Remuneração das Notas Comerciais e/ou dos CRA, conforme o caso, de modo que os titulares de Notas Comerciais e/ou os Titulares de CRA recebam os mesmos valores caso tais tributos não existissem; ou (ii) realizar o resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais, observado o procedimento a seguir descrito (“ <b>Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário</b> ”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, acrescido (ii) da Remuneração das Notas Comerciais, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Primeira Data de Integralização, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, e (iii) dos Encargos Moratórios, se houver. As demais condições do Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário serão previstas no Termo de Emissão ;		
			(dd) <b>Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:</b> A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série, conforme o caso, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série que venham a ser resgatadas na forma deste item, que será endereçada à Securitizadora e ao Agente Fiduciário, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão (“ <b>Oferta Facultativa de Resgate Antecipado</b> ”). Caso a Companhia tenha confirmado a intenção de promover o resgate antecipado no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série, o valor a ser pago à Securitizadora será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série, acrescido (b) da Remuneração aplicável sobre as Notas Comerciais da respectiva Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Primeira Data de Integralização das Notas Comerciais Primeira Série e/ou das Notas Comerciais Segunda Série ou a respectiva Data de Pagamento de Remuneração da		
			Continua...		

